

ALBALA-BERTRAND, Luis
(Org). Cidadania e educação: rumo a uma
prática significativa. Campinas, SP:
Papirus; Brasília: Unesco, 1999. 215 p.

Este livro foi elaborado por um grupo de especialistas, coordenado por Luís Albala-Bertrand, para responder a um projeto da Unesco, com o objetivo de associar o problema da construção do conhecimento ao aprendizado de objetivos sociais, como a cidadania, bem como identificar as características que influenciam as diferentes práticas de cidadania implementadas em diferentes países.

O tema central deste trabalho é a educação como formação para a cidadania que, neste momento, está fundada numa revisão que afeta tanto o conteúdo definido como habilidade, bem como o método entendido como estratégia educacional. Essa nova abordagem se confronta com o contexto atual, marcado pela produção capitalista, que compreende a cidadania como uma prática para o mundo do trabalho e coloca em questão uma compreensão de cidadania de natureza democrática, na qual todos possuam habilidades e aptidões.

O organizador do livro, Luís Albala-Bertrand, Diretor do Projeto Intercultural Internacional da Unesco, na **Introdução ao Arquivo Aberto**, aponta duas tendências universalizantes: a generalização da economia de livre mercado e a transição rumo ao estabelecimento de regimes democráticos. Essas tendências, porém,

estão provocando profundas mudanças em todos os setores sociais, inclusive na educação, que é convocada, por sua vez, à construção de um sentido engrandecido e de uma prática renovada de cidadania. Para atender a esse propósito, o livro é dividido em dois arquivos: o primeiro revela alguns indicadores conceituais e contextuais e o segundo apresenta algumas tentativas concretas e inovadoras para lidar com a educação para a cidadania.

Para abrir a primeira pasta do arquivo, temos os contextos de cidadania e uma visão de mundo hoje, no qual Ronald Inglehart, Professor de Ciências Políticas da Universidade de Michigan, trabalha as **Diferenças de geração no comportamento dos cidadãos: o papel da educação e de segurança econômica no declínio do respeito pela autoridade na sociedade industrial**. Sobre esse tema, o autor afirma que a industrialização requer uma força de trabalho cada vez mais bem educada, que possibilite o surgimento de públicos cada vez mais críticos, os quais avaliam seus líderes de acordo com padrões relativamente exigentes. Isso denota, portanto, que é impossível alcançar níveis elevados de desenvolvimento econômico sem uma população bem educada. Para concluir sua análise, Ronald afirma que, nesse contexto, a educação para a cidadania tem um papel vivo e mais complexo a desempenhar, isto é, acompanhar a construção de uma personalidade mais autônoma para cidadãos que estão envolvidos na ação política.

A segunda pasta do arquivo é apresentada por Richard G. Niemi, Professor de Ciências Políticas na Universidade de Rochester, Nova York e Jane Junn, Professora Assistente de Ciências Políticas na Universidade de Rutgers, Nova Jersey, os quais trabalham o tema: **Que tipo de conhecimento é necessário para fortalecer a cidadania nos Estados Unidos da América?** Para dar uma resposta a essa questão, os autores basearam-se na Avaliação Nacional do Progresso Educacional de 1988, e naquilo que se refere à educação cívica. Os autores concluíram que as escolas têm um impacto muito grande sobre o conhecimento dos alunos, principalmente quando se trata de ações de governo estadual e local. Outra descoberta do

estudo é que as aulas de educação cívica realmente afetam o conhecimento do estudante, especialmente no que diz respeito ao governo e à política. A pesquisa mostra, por outro lado, que os estudantes recebiam poucas informações sobre o funcionamento do governo e da política e que deveria haver, portanto, mais ênfase no ensino de caráter teórico e que se contemplasse o aperfeiçoamento no ensino de habilidades importantes para a compreensão dessa política.

A terceira pasta do arquivo é comentada por César Birzea, Diretor do Instituto de Ciências Educacionais de Bucareste, que trabalha **A educação num mundo em transição: entre o pós-comunismo e o pós-modernismo**. O tema do pós-comunismo é tão complexo quanto variado. O mesmo pode ser analisado, conforme César, sob três perspectivas: a primeira se refere às transições que se deram mais no campo institucional, baseado nos pilares do pluralismo político, do princípio geral do direito e da economia de mercado. Essas transformações, embora significativas, não podem ser únicas. A transição cultural - a mudança de mentalidade, atitudes, valores e relações sociais - é um assunto mais delicado. A transição institucional pode durar de cinco a seis anos, ao passo que a transição cultural leva, no mínimo, uma geração. Uma segunda questão envolve o estabelecimento da relação entre estabilidade social e sistema de valores compartilhados. A hipótese que se levanta é a de que o grau de estabilidade de uma sociedade é proporcional à sua habilidade de alcançar consensos em determinados valores comuns. E um terceiro tema de interesse é a relação entre o pós-comunismo e o pós-modernismo ocidental. Analistas importantes tentaram entender a transição pós-comunista pela perspectiva da modernidade e, mais especificamente, da pós-modernidade ocidental. Outros, porém, sustentaram que o comunismo não passou de uma tentativa de desviar a rota ocidental rumo à modernidade. Após analisar estas três perspectivas, o autor faz a seguinte pergunta: "que educação para construir a cidadania?", ou em outras palavras: "que abordagens educacionais deveriam ser adotadas a fim de ajudar a modelar uma nova forma de cidadania?". A contribuição, portanto,

que a educação pode dar, para uma transição cultural mais rápida e melhor sucedida depende da formulação de políticas educacionais que compreendam a cidadania de maneira holística e interdisciplinar.

A quarta pasta do arquivo é aberta por Manuel Antônio Garretón, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Chile, que trata do tema: **Cidadania, integração nacional e educação: ideologia e consenso na América Latina**. O autor afirma que todas as ideologias consistem em três componentes básicos: crítica do passado e dos modelos que devem ser substituídos, anúncio de boas novas, e dissimulação ou negação inconsciente de contradições incoerentes. Dentro desse contexto ideológico encontra-se, também, a política educacional. Nesse sentido, a educação sempre girou em torno de duas idéias básicas de interação entre elas: de um lado, certas suposições a respeito da infância e da juventude e de outro, uma determinada visão de sociedade à qual pertencem crianças e jovens. Por isso, a educação, segundo o autor, não pode ser nada além de uma maneira de capacitar sujeitos para internalizar essas conexões numa base pessoal e para socializá-los numa base coletiva. A partir desta conceituação, o autor analisa o caso da América Latina, onde estão se alterando, profundamente, as funções e os conteúdos da educação, baseada na formulação de um modelo real de modernidade, na construção de democracias políticas, na democratização ou integração social e na integração da economia mundial. Para concluir, o autor nos posiciona diante de um novo consenso educacional em relação aos países em desenvolvimento, baseado na afirmação de que a educação é o principal instrumento de crescimento e justiça, educação essa que irá contribuir para que o indivíduo usufrua da educação para a cidadania, da educação para a democracia, da educação para o desenvolvimento, da educação para o mundo globalizado, e possa contemplar como prioritária uma política educacional para o futuro.

A quinta pasta é organizada por William Doise, Professor de Psicologia Experimental na Universidade de Genebra, que trabalha o tema: **Que universidade**

para os direitos humanos? O autor destaca, principalmente, as denúncias de não-observância dos direitos humanos, as quais estão refletidas numa atitude etnocêntrica, contrária, portanto, à universalidade desses direitos. Apesar das dificuldades da interdependência entre educação e direitos humanos, existe um esforço por torná-la eficaz. Assim os direitos humanos estão entre os princípios determinantes dos padrões que, pelo menos no que tange às suas intenções, deveriam formar a base para a organização de um grande número de interações sociais. Essas interações, sob a ótica dos direitos humanos, são concebidas, geralmente, a partir das posições oficiais e se expressam com características próprias dentro de cada cultura. Assim, as declarações de direitos humanos devem ser consideradas, conforme o autor, contrários a serem adaptados às circunstâncias de cada ação que afeta a outra pessoa.

A última pasta do primeiro arquivo é organizada por Luís Albala-Bertrand que aprofunda o tema: **Por uma didática construtivista sociogenética da cidadania.** O autor parte do princípio de que o conhecimento não é, simplesmente, um processo de internalização de objetos do mundo, mas, sim, um processo de apreensão da realidade de acordo com referências mentais, altamente complexos, que moldam o conhecimento e dão significado a ele no interior de uma sociedade ou de uma cultura. Para se chegar a essa compreensão, partiu-se de uma psicologia cognitiva genética criada ou inspirada por Piaget, essencialmente orientada para o indivíduo, passando por Vygotsky que afirma que o conhecimento individual é resultado da internalização de experiências da interação social, para chegar na teoria das representações sociais, que constitui a base material de uma nova abordagem do construtivismo pedagógico. Sobre essa abordagem, o construtivismo educacional consiste, conforme o autor, não em dividir a realidade em elementos informacionais que a constituem, mas em compreender o seu significado no âmbito de uma sociedade e de uma cultura. Dentro desse contexto emergem algumas referências relacionadas às intenções sociais, tais como a relação funcional com o

ambiente que se manifesta no complexo da racionalidade, nas relações com os outros pelo complexo da solidariedade social, na relação com a situação com o complexo do materialismo, e na relação com o poder pelo complexo da autonomia política. A partir das referências apresentadas é possível uma abordagem didática construtivista da educação para a cidadania, que pode lidar com uma ampla gama de resultados representacionais, axiológicos, atitudinais e comportamentais, com um certo ganho em coerência e profundidade. O autor finaliza o tema indicando as funções de uma pedagogia construtivista sociogenética, concedendo, em primeiro lugar, um novo papel ao professor, que permite que ele atue melhor como facilitador no desenvolvimento de atitudes e sensibilidades pessoais; em seguida, os estudantes podem identificar melhor sua posição no mundo social; e, finalmente, para identificar comunidades-de-significado transculturais e transnacionais. Desse modo, o construtivismo pedagógico renovado emerge como portador de um potencial vivificar do papel emancipador da educação, e, portanto, de inserir a prática educacional no âmbito ético da modernidade.

O segundo arquivo do livro trata da educação para a cidadania na prática, no qual Petr Pitha, Diretor do departamento de Educação Cívica da Faculdade de Treinamento de Professores da Universidade Charles, inicia com o tema: **A construção de um novo cidadão em uma sociedade pós-totalitária: uma abordagem na República Checa.** O autor destaca a influência da ideologia totalitária, que moldou a mentalidade, a ordenação de valores e o comportamento de grande número de pessoas deste país. O texto destaca, principalmente, que os danos desse regime são mais insidiosos no comportamento humano do que na economia enfraquecida. Neste sentido, as qualidades humanas de confiança, de honestidade e da boa fé perderam, não só seu prestígio, mas, até mesmo, seu próprio significado, porque um dos objetivos do comunismo foi formar indivíduos que se tornariam peças facilmente manobráveis da máquina sócio-estatal. A partir deste princípio, ficou claro que era necessário introduzir uma nova abordagem de

educação cívica, dirigida para a construção de uma sociedade civil e política, inspirada para orientar valores humanos, lidar com princípios elementares da existência e coexistência humanas. Essa percepção deve servir como fonte integradora do currículo e, portanto, é oportuno originar-se nas raízes sociais locais. A educação cívica foi inserida, nesse sentido, no ensino da escola elementar para preparar os pré-requisitos necessários para o programa de escola secundária e introduzindo-a no terceiro nível, não como uma matéria escolar integrada a mais, mas recebendo uma forma de propedêutica das ciências sociais. A tônica da educação cívica, segundo o autor, deve recair sobre algo que faz sentido, o que favorece para criar aspirações humanas admiráveis, alegres e amplamente satisfatórias.

A segunda pasta deste arquivo é organizada por Terencio Garcia, Diretor do Centro de Educação para a Democracia da Nicarágua, que trata do tema: **Educação para a cidadania e reconciliação na Nicarágua**, no qual descreve um país marcado por guerras nacionais e internacionais e que, tal fato, marcou profundamente as instituições políticas e a mentalidade dos cidadãos. A educação para a cidadania começou na Nicarágua em 1992, sendo, atualmente, considerada como educação para a liberdade e para a paz, na qual os estudantes aprendem as virtudes do diálogo e do respeito mútuo. Em vista disso, foi criado um programa, envolvendo os mais diversos atores educacionais, com destaque especial para os estudantes secundários, que compreenderam, segundo o autor, que a educação para a cidadania implica uma mudança de valores e na maneira como a sociedade é percebida, bem como um compromisso com a política democrática como forma de vida política e, também, como forma de vida pessoal, familiar e nas relações sociais. Essa proposta, porém, só terá consistência se estiver respaldada nas autoridades superiores, que são responsáveis pela educação, e, portanto, precisam manter a coerência entre o que dizem e o que fazem. Essa coerência deve atuar em “cascata” para atingir a todos os níveis educacionais, no sentido da educação para a cidadania ser vista como um projeto de longo

prazo, um projeto que vise à melhoria da condição humana e ao pleno desenvolvimento de uma nação. Assim, segundo o autor, a educação para a cidadania na Nicarágua necessita ser encarada como um projeto político que ordene todas as forças sociais do país.

A terceira pasta do arquivo é gerenciada por Abel Koulaninga, Secretário Geral da Comissão da República Centro-Africana na UNESCO, que apresenta o tema: **Cidadania e educação produtiva na República Centro-Africana**, no qual aponta para o âmbito das humanidades como espaço privilegiado para a educação para a cidadania. O estudo de Abel foi realizado em duas escolas técnicas, nas quais o currículo procurou aproximar a instrução profissional da vida real. A instrução profissional, no caso da instrução produtiva, tem uma influência decisiva na vida dos cidadãos, e as práticas de trabalho são guiadas, não só pelo interesse pessoal, mas baseadas nas idéias de cooperação e serviço. Os currículos, segundo o autor, são planejados para transmitir valores democráticos, proporcionando uma base sólida para a situação profissional de especialistas, cujo objetivo é capacitar cidadãos completos, comprometidos com os valores fundamentais da cidadania livre e responsável. Para proporcionar a educação para a cidadania em uma situação de trabalho, o autor indica alguns métodos, tais como a experiência de trabalho, as técnicas de pesquisa, as parcerias, as simulações e encenações, e conclui dizendo que os centros de instrução profissional têm um papel importante a desempenhar como catalisadores da vida democrática.

O arquivo das experiências concretas é concluído por Ruud Veldhuis, Administrador de Projetos do Centro Holandês para Educação Cívica, que trata da experiência: **Projetos interativos de cidadania para jovens em idade escolar na Europa Setentrional**, no qual o “aprender fazendo” parece ser uma abordagem didática e pedagógica eficiente, principalmente, em situações complexas como as representadas pela construção da cidadania. O referido Centro tem uma longa experiência em projetos interativos no qual a ênfase recai na aprendizagem prática e pela qual os estudantes experimentam o caráter do processo

político de tomadas de decisão, aprendem a formular exigências políticas e a pensar em termos de interesse público, e pela qual a aprendizagem corresponde à sua experiência do cotidiano. Os objetivos do projeto, segundo o autor, são a capacitação dos estudantes para aprender política local, bem como, a implementação de uma ação política em seu ambiente e o aumento de sua participação política. O princípio fundamental deste projeto é que os jovens “aprendam fazendo” e compreendam como na prática funciona o processo local da tomada de decisão política.

Retomando as idéias conceituais e as práticas implementadas, podemos concluir que o conjunto de temas abordados neste livro indica para uma abrangência internacional, levando os autores a fazerem uma abordagem panorâmica sobre a “Cidadania e Educação”, não possibilitando, portanto, uma compreensão mais aprofundada no contexto da realidade sócio-cultural de cada povo e de cada região. É, portanto, uma leitura mais horizontal e menos vertical dos diversos aspectos tratados neste trabalho, contribuindo, assim, para indicar a importância dessa temática nos diversos países e nas diferentes culturas.

Embora o tema que perpassa todo o trabalho esteja relacionado com a cidadania e educação, o mesmo é tratado pelos diversos autores, como uma abordagem voltada mais para a questão da cidadania, a partir da sua conceituação ou da sua aplicação, e menos para a compreensão e a prática educacional. A tônica está voltada mais para a prática da cidadania e menos para o significado de educação, mais para a ação social e menos para a formação humana.

A concepção de cidadania apresentada no texto está, portanto, mais relacionada com as práticas políticas e com as questões sociais, com um destaque especial para com aqueles países que estão passando por profundas transformações ideológicas, econômicas ou culturais. Nesse sentido o livro não contempla a formação do cidadão, que a partir da vivência de valores, de princípios éticos e de compromissos sociais, possa ser um agente de transformação social, mas aponta para o contexto sócio-cultural como um espaço de vivência da educação para a cidadania, **rumo a uma prática significativa.**

Luiz Síveres

Diretor de Programas de Extensão